

# SINTUNESP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP



O lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Unesp, em Bauru, no dia 14/9. À esq., na foto de cima, o deputado e ex-aluno da Unesp Guilherme Cortez (PSOL). Na foto ao lado, fala Alberto de Souza, do Sintunesp.

**Conquista de 2 referências é avanço, mas é preciso e possível ir além**

**Cobranças no CEPE, no CADE e em lançamento da Frente em Defesa da Unesp reforçam reivindicação por mais uma referência, cronograma e rubrica específica no orçamento**

As sessões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), respectivamente em 12 e 13/9/2023, foram palco de novas cobranças por avanços nas negociações em torno à equiparação salarial. Representantes dos servidores, trajados com a camiseta da campanha pela equiparação, voltaram a destacar que, embora a concessão das duas referências – cerca de 10% - na negociação de 15/8, em meio à greve iniciada uma semana antes, tenha sido um avanço, é preciso e possível ir além.

O Sintunesp enviou ofício à reitoria em 30/8, solicitando o agendamento de uma nova reunião da comissão conjunta criada para estudar e construir propostas com vistas à equiparação salarial dos técnico-administrativos da Unesp com os das universidades co-irmãs. O documento foi reapresentado, desta vez presencialmente, em 13/9. Até esse momento, não houve retorno.

**As reivindicações da categoria são:**

- Concessão de mais uma referência ainda neste ano;
- Estabelecimento de um cronograma para conclusão do processo de equiparação;
- Inscrição de uma rubrica permanente - "Equiparação" – no orçamento da Universidade.



## Semana teve plenária com Comissão de Orçamento e lançamento de Frente em Defesa da Unesp

No dia 11/9, o Sintunesp realizou uma nova plenária ampliada, em formato *online*, desta vez com a presença de membros da Comissão de Orçamento do CADE, que discutiram o cenário econômico, perspectivas de arrecadação e repasse do ICMS, entre outros.

No dia 14/9, por iniciativa do deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL), egresso do curso de Direito da Unesp/Franca, foi lançada a **Frente Parlamentar em Defesa da Unesp**. A atividade aconteceu no campus de Bauru e contou com representantes do Sintunesp, da Adunesp e do movimento estudantil, além das presenças de dirigentes do campus e do reitor, professor Pasqual Barretti.

As falas convergiram na defesa da importância da Unesp para a educação superior pública no estado, o que envolve financiamento adequado e reação aos ataques de setores conservadores e hostis à ciência e ao conhecimento crítico. Cortez ressaltou estes aspectos e lembrou que se somam à necessidade de valorização da permanência estudantil, contratações, atendimento aos direitos das categorias, infraestrutura adequada e outros. Alberto de Souza, coordenador político do Sintunesp, falou na mesma linha, destacando reivindicações históricas da entidade, como a equiparação, o fim da terceirização e contratações via concurso, a democratização das instâncias de poder na Universidade, com igualdade de representação nos colegiados e nas eleições internas.

## Mobilização continua! Atenção aos indicativos

No fechamento deste boletim, em 15/9, a greve ainda continua entre os servidores técnico-administrativos do campus de Araraquara.

De acordo com as propostas aprovadas na plenária de 29/8/2023, o Sintunesp ressalta a importância de prosseguirmos na mobilização em todos os *campi*.

Nos dias de sessões do CADE e do CO, o indicativo é de paralisação para acompanhamento coletivo da transmissão *online*. A camiseta “Equiparação, já!” continuará sendo usada pelos representantes durante as sessões. Também deve ser solicitado apoio das congregações locais para a garantia do cronograma de implantação da equiparação e inclusão da rubrica específica na peça orçamentária de 2024.

## Luta tem mais de uma década

A equiparação salarial com os técnico-administrativos das universidades irmãs é uma reivindicação que remonta a 2010. Naquele ano, o reitor era o professor Herman Voorwald, que se dispôs a negociá-la após uma forte greve liderada pelo Sintunesp. O CADE iniciou os estudos necessários, que culminaram no chamado ‘Plano Retributivo da Carreira’, equiparando os salários aos da USP. Quando este plano foi aprovado no CO, em 30/6/2011, no entanto, a USP havia acabado de mexer novamente nos seus pisos e, com isso, a Unesp voltou a ficar defasada.

Em 2013, após outra greve forte da categoria, já durante a gestão do reitor Julio Cezar Durigan, a reivindicação retornou à mesa e, numa histórica sessão do CO, em 15/8 daquele ano, um novo processo de equiparação foi aprovado, prevendo seis etapas. As duas primeiras ocorreram (aplicação de uma referência de 5% em 2013 e outra em 2014, para todos) e as demais deveriam voltar à análise no CO. No entanto, a chegada da crise financeira em 2014 congelou a discussão, mantendo-a engavetada até 2022, quando foi montada a comissão conjunta, já na gestão do professor Pasqual Barretti.

## Situação seria aceita se envolvesse a categoria docente?

De modo correto e justo, os salários dos servidores docentes não têm diferenças nas três universidades. É o que se espera de um sistema de ensino superior público no estado.

Por que o mesmo não acontece quando se trata dos salários dos servidores técnico-administrativos? Por que as diferenças – que chegam a até 40% em relação à USP – não causam reação da gestão a ponto de propor um plano que acabe com elas?

## Primeira leva do AIQ tem 1.581 servidores. Sintunesp ainda quer discutir regras

A partir de questões levantadas por representantes dos servidores na sessão do CADE de 13/9/2023, a coordenadora de Gestão de Pessoas, Kátia Aparecida Biazotti, relatou que 1.581 técnico-administrativos apresentaram documentos com vistas à aplicação do Adicional de Incentivo à Qualificação (AIQ). Trata-se de uma das vertentes do plano de carreira aprovado pelo CO em abril deste ano, e contempla o servidor que completar escolaridade superior àquela exigida para a sua contratação na função de provimento efetivo que exerce no momento do requerimento do adicional, considerando o requisito do edital de concurso público.

A Comissão de Orçamento do CADE foi chamada a se manifestar sobre o impacto financeiro da medida e foi favorável. Os cálculos feitos mostram que, se esta primeira leva do AIQ for implementada ainda em setembro/23, demandará R\$ 2,6 milhões até o final do ano, já considerando a implantação das duas referências. O próximo passo, segundo Kátia, é a autorização da administração central e, em seguida, cada servidor interessado deverá apresentar o requerimento no sistema. O pagamento será retroativo à validação do requerimento pela Comissão Permanente de Avaliação da Promoção (CPAP).

Questionada sobre as próximas solicitações, se entrarão como fluxo contínuo/crescimento vegetativo (da forma aprovada no Conselho Universitário e que já ocorre com os docentes), Kátia disse que não compete a ela a decisão sobre isso. Para o Sintunesp, no entanto, a decisão do CO foi clara nesse sentido. A entidade também segue questionando o fato de haver sido inserida a exigência de interstícios entre os pedidos, pois isso não foi aprovado no CO, e reivindica a discussão sobre as distorções presentes na implantação da carreira.

## Pagamento do vale-alimentação em todas as licenças de saúde

Um dos itens previstos na Pauta Específica do Sintunesp (‘Pagamento deste do vale-alimentação em todas as licenças de saúde consideradas legais’) deve ser atendido em breve. A pedido da administração central, a Comissão de Orçamento do CADE avaliou o impacto da aprovação desta mudança e manifestou-se favorável, lembrando que a medida já é adotada na Unicamp e na USP.

## Mudanças nas regras eleitorais

Nas sessões do CEPE e do CADE de setembro, representantes dos chapôes do Sintunesp e da Adunesp voltaram a cobrar urgência na instalação do Colégio Eleitoral, com vistas às eleições reitorais em 2024. Cabe a este colégio – composto por membros do CADE, CEPE e CO – determinar como será o processo eleitoral. Os representantes querem discutir propostas de alterações que dizem respeito à representatividade das categorias, regras para candidaturas etc.

Antes do processo eleitoral passado, quando foram eleitos os professores Pasqual e Maysa, as propostas não chegaram ser votadas devido à interpretação da AJ da Universidade, de que isso só poderia ocorrer faltando mais de um ano para as eleições.

O secretário-geral da Unesp, professor Erivaldo Antonio da Silva, disse que a convocação do Colégio Eleitoral é prerrogativa do reitor e que ocorrerá em breve. No entanto, explicou que a interpretação atual é de que não há essa limitação de prazo de um ano para eventuais mudanças, mas salientou que tudo o que for decidido no Colégio será submetido à AJ, para que se manifeste sobre a legalidade, e à aprovação pelo CO.